

ENTREVISTA COM

JOAQUIM AZEVEDO



SECRETÁRIO DE ESTADO DOS
ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

PORTUGAL NÃO É
SÓ UM PAÍS DE
DOUTORES

ENTREVISTA POR ALFREDO RIO

Esteve no projecto de criação das primeiras escolas profissionais. Já lhe chamaram «pai da formação profissional» e considera esta «modalidade especial de educação» uma prioridade nacional. Nesta entrevista, Joaquim Azevedo faz um balanço e perspectiva o futuro das E.P. em Portugal.

EDUCAÇÃO – No decurso dos trabalhos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, nos quais participou, várias vezes se acentuou a necessidade de «um quadro de referência global, coerente e aberto» para o subsistema de formação profissional.

Como caracterizaria o quadro actualmente existente, designadamente no que se refere à sua organização estrutural?

JOAQUIM AZEVEDO – Até hoje, foi no subsistema da formação pós-obrigatória, onde se insere a formação profissional, que a reforma educativa atingiu talvez mais profundamente os seus objectivos.

Entre 1988 e 1991 foi possível erguer um referencial comum para a formação pós-obrigatória. Poucas pessoas terão consciência disso, mas é muito importante lembrar, também por isso, em que consiste o *rationale*.

Após o 9.º ano há três percursos de formação que se completam e respondem à diversidade de interesses e expectativas sociais:

1. as escolas secundárias com os cursos de carácter mais geral predominantemente dirigidos ao prosseguimento de estudos (4 cursos) e com os cursos tecnológicos (11 cursos);
2. as escolas profissionais (lançadas em 1989; há hoje 168 escolas);
3. o sistema de aprendizagem (que se estruturou, nos cursos de nível III, segundo a mesma matriz dos percursos anteriormente referidos; este percurso baseia-se na formação em alternância).

Ora, apesar da diversidade de percursos, após um longo diálogo entre o ME e o MESS e com os parceiros sociais, foi possível impregnar todas elas de um referencial comum que se baseia nos seguintes elementos:

- todos os cursos comportam uma matriz comum nas componentes de formação, a saber: formação sociocultural ou geral, formação científica ou específica, formação técnica ou tecnológica. Enquanto uns cursos acentuam a formação científica outros vão destacar a formação técnica, já que todos propõem uma formação sociocultural ou geral idêntica;

- todos os percursos são globalmente equivalentes em termos formativos, dando origem a diplomas realmente diferentes mas igualmente conducentes à titularidade do ensino secundário e, por essa via, ao ensino superior;

- a formação é de espectro aberto, não se conduzem os formandos para o exercício profissional numa dada especialidade dentro de cada área profissional, abrem-se saídas para uma construção sobre uma base sólida de novas e contínuas aprendizagens ao longo de toda a vida profissional.

Estamos ainda a iniciar a concretização de todo este «quadro de referência global, coerente e aberto...». Se reparar, verá que só as escolas profissionais obedecem rigorosamente a esta matriz. A aprendizagem está nele inserida mas os cursos de nível III só agora iniciam a sua expansão e as escolas secundárias só vão aplicar a mesma matriz em todas as escolas a partir de Setembro de 1993. Mas o quadro é de coerência, abertura e flexibilidade.

Talvez em 1996 seja possível completar este ciclo de reordenamento da formação de nível secundário.

≡ – A aposta nas escolas profissionais, (EP) enquanto percurso dominante da formação profissional no sistema escolar, terá sido uma aposta certa?

« Estas escolas vieram dizer, entre outras coisas, que a educação e a formação profissional são investimentos que todos temos de realizar, seja por iniciativa directa da sociedade civil, seja por iniciativa da Administração. »

J. A. – Decorrem neste momento dois processos de avaliação sobre a aposta nas escolas profissionais. Por um lado, estão a entrar no mercado de emprego os primeiros diplomados, o que constitui uma prova de fogo de primeira categoria. Por outro lado, está a decorrer uma profunda avaliação externa a este modelo de formação. Esperamos ter resultados mais satisfatórios dentro de uns dois anos.

Entretanto, sobre certos pontos de vista, é inegável que as escolas profissionais foram a resposta certa às expectativas sociais existentes nos anos 80. Mais do que um êxito da administração educacional, a sua constituição e o seu desenvolvimento creditam um mérito excepcional às instituições da sociedade civil portuguesa. Por todo o País elas mobilizaram-se, muitas centenas, para construir localmente as respostas adequadas que globalmente todos ansiavam.

São respostas locais a uma necessidade global com um apoio por parte da Administração muito activo e tecnicamente sólido. Estas escolas vieram dizer, entre outras coisas, que a educação e a formação profissional são investimentos que todos temos de realizar, seja por iniciativa directa da sociedade civil, seja por iniciativa da Administração. Qualquer que seja a natureza da iniciativa, os fins são manifestamente de interesse público.



« ... quando se diz que Portugal é um país de doutores estamos mais a valorizar o estatuto dos doutores do que a criar condições para que outros diplomados sejam socialmente valorizados. »

≡ – Talvez por razões históricas, há quem encare os percursos de formação profissional, no sistema escolar, sempre como “vias desfavorecidas”.

Quer comentar?

J. A. – Razões históricas, sociais, culturais e económicas condicionam ainda hoje a promoção social dos percursos de formação profissional, sobretudo os que se situam em contexto de educação escolar.

No entanto, o seu predomínio deve-se mais à incapacidade que a administração tem demonstrado em fomentar os mecanismos adequados para potenciar uma mudança de atitudes, interesses e expectativas do que a uma determinação real dos grupos sociais que compõem a sociedade portuguesa ou à sua eventual cegueira.

Ou seja, quando se diz que Portugal é um país de doutores estamos mais a valorizar o estatuto dos doutores do que a criar condições para que outros diplomados sejam socialmente valorizados.

« ... entre 1983 e 1992, passámos de 0% para 20% a procura social do ensino tecnológico e profissional. »

Em 1983 não havia qualquer formação tecnológica e profissional no sistema de ensino. O casco tinha batido no fundo. Com o ensino técnico-profissional iniciou-se um processo, ainda ambíguo porque nada tinha mudado à volta dele, de reinserção social destas formações. Lentamente, foi-se afirmando e hoje espalha-se a cerca de 215 escolas secundárias públicas e particulares com cerca de 35 000 alunos.

Em 1989 lançaram-se as escolas profissionais e elas hoje cobrem também todo o País, acolhendo já perto de 20 000 jovens.

Ora, entre 1983 e 1992, passámos de 0% para 20% a procura social do ensino tecnológico e profissional. Um salto gigantesco para uma sociedade, sobretudo quando na sua génese conflituam tantos factores de ordem cultural.

Mas esta procura não cresceu por acaso. Foram dadas condições muito especiais para que isso acontecesse, sobretudo na valorização social destes percursos de formação. E aí a sociedade portuguesa agarrou o desafio. E fê-lo porque muitos dos seus actores nele participaram e dele são os principais obreiros.

Por outro lado, há os estudos que se têm realizado sobre as opções dos alunos do 9.º ano quanto ao prosseguimento de estudos e que evidenciam que entre 25 e 30% desejam fazê-lo nas vias de formação tecnológica e profissional.

≡ – Porventura, uma das razões dessa imagem de “vias desfavorecidas” (ou uma das suas consequências) será a dificuldade de permeabilidade com outros percursos, digamos, mais académicos.

Uma outra razão, será a dificuldade de equilíbrio, na organização dos cursos de formação profissional, entre as componentes de formação geral e de formação científica e técnica.

Que pensa, a este respeito, da situação actual?

J. A. – Como referi no início, um dos eixos matriciais da reforma das formações técnicas e profissionais consiste no reequilíbrio entre os diversos percursos de estudos e entre as diversas componentes de formação.

Digamos que, no limite, todos os percursos valorizam a formação técnica e todos valorizam a formação sociocultural ou geral. Evidentemente só o podem fazer com predominâncias diferentes de percurso para percurso. Enquanto que os cursos mais centrados em percursos escolares longos, que integram o ensino superior, valorizam mais a formação científica e menos a técnica, os cursos inseridos em percursos escolares curtos reforçam a formação técnica, mantendo embora as outras.

O que temos de perceber é que há diferentes percursos escolares com diferentes orientações e, conseqüentemente, com diferentes durações e características. Podemos referir três percursos escolares, após o 9.º ano: um de curta duração, até ao 12.º ano e que prevê, portanto, um ingresso mais imediato na actividade profissional; um de média duração que contempla uma especialização para além do 12.º ano e que pode levar até um diploma de especialização; e um percurso longo que terá necessariamente sete anos de duração, no mínimo, e que visa a obtenção de uma licenciatura.

Garantidas que estão as permeabilidades entre os percursos – pelo modo como se cons-

truíram os cursos pós-obrigatório –, os jovens do 9.º ano podem, assim, orientar as suas escolhas e integrar as suas opções escolares nos seus projectos de vida.

≡ – **Causa estranheza que, por vezes, se alicie a procura de cursos de formação profissional, recorrendo a expectativas de acesso possível ao ensino superior. Como observa esta atitude?**

J. A. – O acesso ao ensino superior está hoje consagrado para todos os percursos de formação. Já não é necessário acenar com esse *benefício* para angariar aderentes. Porque o que essencialmente está em jogo quando se investe na criação de novas oportunidades de formação profissional é a sua valorização social e a sua correcta inserção e articulação com o sistema escolar e com o sistema profissional. É a esta preocupação central que procuramos responder.

A possibilidade de prosseguimento de estudos não será mais vedada a qualquer percurso de formação pós-obrigatória, equivalente ao ensino secundário. Não se deverá entender tal orientação política como uma *benesse* concedida aos cursos técnicos e profissionais. Ela decorre da própria necessidade de encarar a vida social e profissional como um lugar de constante aprendizagem, que exige uma crescente actualização ao longo do exercício profissional.

≡ – **Interessante seria o conhecimento de estudos de *coortes* de diplomados pelo ensino técnico-profissional ou pelas escolas profissionais que forneçam indicadores seguros da sua aceitação no mercado de trabalho.**

Pode dar-nos alguns elementos sobre isso?

J. A. – Ainda não há estudos rigorosos sobre esta matéria. Estamos a investir fortemente nesse sentido.

≡ – **Naturalmente, a problemática da formação profissional, hoje em dia, não pode dissociar-se de uma perspectiva europeia.**



Como nos situamos a esse respeito, designadamente, no que concerne à definição dos diferentes níveis de formação?

J. A. – A Europa sem fronteiras é a Europa da livre circulação de pessoas, onde a inserção socioprofissional deve ser facilitada. Contudo, este sonho é ainda difícil de concretizar sobretudo porque os sistemas educativos, de ensino e de formação profissional, são muito diversos e apresentam alguns entraves a uma flexível correspondência de diplomas.

Existem duas directivas cuja aplicação é de âmbito restrito, existe uma definição de níveis de qualificação profissional que, *grossa modo*, foi por nós adoptada (níveis I, II, III, IV e V) e existe, isso sim, um imenso caminho a percorrer em conjunto.

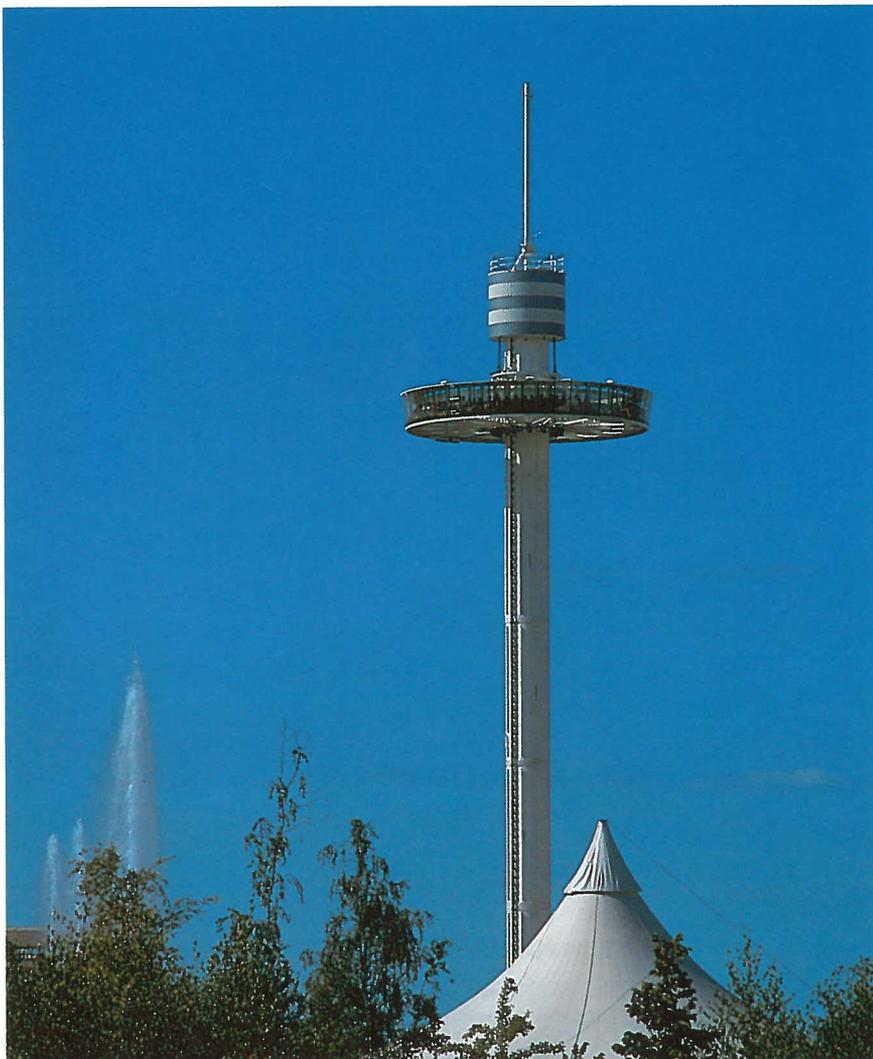
Portugal tem participado activamente na construção destes novos referenciais europeus,

valorizando as seguintes dimensões: salvaguarda da diversidade nacional das soluções para problemas em grande parte comuns, prevalência da regulação da produção das qualificações (formação) sobre a regulamentação das profissões (restrita) e reconhecimento das aprendizagens pela via do exercício profissional como via de acesso a qualificação (aspecto conjuntural, exigido pelas características da nossa actual população activa).

≡ – **Entre os profissionais da Educação gerou-se, bem ou mal, a opinião que o subsistema de formação profissional tem sido favorecido em matéria de recursos financeiros.**

Que tem a dizer sobre isto?

J. A. – O abandono a que se lançou o subsistema escolar da formação profissional ao longo dos anos 70 e no início da década de 80



só poderia defluir num reforço dos investimentos, uma vez relançado esse subsistema.

« Sob o ponto de vista dos formadores, e até do enquadramento jurídico, vai existir um melhoramento significativo. »

« Não há qualquer favoritismo. Existiu e existe uma prioridade nos investimentos em educação que passa pelo reforço das formações técnicas e profissionais. Como é do conhecimento geral, estas formações são mais caras e exigem um

crescimento das despesas de capital. Penso que essa prioridade é adequada e que o País só tem ganho com os investimentos realizados. Como revelam os estudos realizados nos quatro cantos do planeta, estes são mesmo os investimentos mais produtivos que uma nação pode realizar.

≡ – A grande maioria dos directores das escolas profissionais têm-se mostrado preocupados quanto à possível diminuição dos financiamentos públicos e comunitários, bem como à perda de competências do pessoal formador.

Que comentário lhe sugere estas preocupações?

J. A. – As EP têm tido um quadro bastante

estável do ponto de vista financeiro, jurídico e técnico. Penso que esse quadro se manterá no futuro.

Sob o ponto de vista financeiro, prevemos a manutenção quer dos fundos nacionais quer dos fundos comunitários, considerando esta área como uma área prioritária.

Do ponto de vista técnico, o Ministério da Educação continuará a dar o apoio que tem prestado a este segmento do sistema educativo.

Sob o ponto de vista dos formadores, e até do enquadramento jurídico, vai existir um melhoramento significativo, uma vez que se vai publicar um novo decreto-lei alterando o que já existia sobre as EP.

Parece-me que esses motivos de preocupação, embora reconheça que eles existam de facto, acabam por não ser uma questão essencial. O futuro destas escolas tem de ser olhado como uma responsabilidade do País.

Não podemos correr o risco de regredir historicamente depois desta reconquista que foi feita por um tão grande número de jovens que decidiram optar pela via técnica e profissional.

≡ – E quanto ao pessoal formador? O que é que está a ser feito em matéria de formação de professores?

J. A. – Temos tido o apoio do Programa Operacional de Formação de Formadores, orientado pelo IEFP, e temos promovido muita formação técnica nas EP por essa via. Neste momento o ME tem, também, o programa FOCO – programa de formação contínua – que está aberto ao apoio financeiro a esta formação de professores nas áreas técnicas e profissionais, que é de facto uma carência muito grande.

Os meios financeiros estão aí à disposição.

Agora é uma questão de as escolas se associarem e promoverem essa formação.

≡ – Os vinte por cento de jovens que optaram pela via técnico-profissional não é ainda um número francamente baixo se comparado com os nossos parceiros comunitários?

J. A. – Penso que nos temos que comparar, antes de mais, com nós próprios. Comparando-nos com nós próprios, verificamos que em 1985 não havia nenhum diplomado nesta área e neste ano lectivo já há 20% da população que estuda, após o 9.º ano, em percursos técnico-profissionais. São muitas dezenas de milhares de jovens que já optam por estas áreas.

Este salto, julgo ser qualquer coisa de admirável do ponto de vista social num País onde, ainda, toda gente continua a dizer que é um País de doutores e que não há ensino técnico.

Comparativamente com outros países mais desenvolvidos, julgo que podemos caminhar até aos 30%, ou até mais...

≡ – Essa meta é para ser atingida quando?

J. A. – A meta são os 30% até 1996. Mas sabemos que vai ser difícil, porque estes primeiros 20% construíram-se com mais facilidade.

Nós sabemos que as expectativas dos jovens ainda se mantêm elevadas em relação à frequência de percursos desta natureza e que por isso podemos progredir até aos 25-26% sem grandes problemas. A partir daí vai-se depender de um forte investimento e sobretudo dos resultados que os diplomados forem obtendo no mercado de trabalho. Este é que é o principal factor que vai fazer com que outros percorram o mesmo caminho ou não.

« Nós não podemos pensar ter uma franja importante da população escolar em percursos técnico-profissionais sem envolver nesse esforço toda a comunidade nacional. »

≡ – É possível fazer formação profissional em Portugal sem o apadrinhamento do Estado?

J. A. – Nós não podemos pensar ter uma franja importante da população escolar em percursos técnico-profissionais sem envolver nesse esforço toda a comunidade nacional. Eu penso que temos que acabar com a lógica que, ou é o Estado ou são os privados. Não faz sentido esta lógica e as EP provam-no.

« As EP são paradigmáticas daquilo que é um sistema em que a sociedade civil e o Estado se articulam no prosseguimento de fins de natureza clara e inequivocamente pública. »

Talvez o aspecto mais contundente da sua afirmação, na sociedade portuguesa, é a prova de que nem é só o Estado e a iniciativa pública que resolvem os problemas dos cidadãos. Nem são só os cidadãos que, isoladamente, resolvem os problemas do Estado.

É a articulação entre ambas as iniciativas – a prova está nas EP – que pode dar resultados muito interessantes.

As EP são paradigmáticas daquilo que é um sistema em que a sociedade civil e o Estado se articulam no prosseguimento de fins de natureza clara e inequivocamente pública.

O problema não é a natureza das escolas. O problema é o dos fins que as escolas prosseguem.

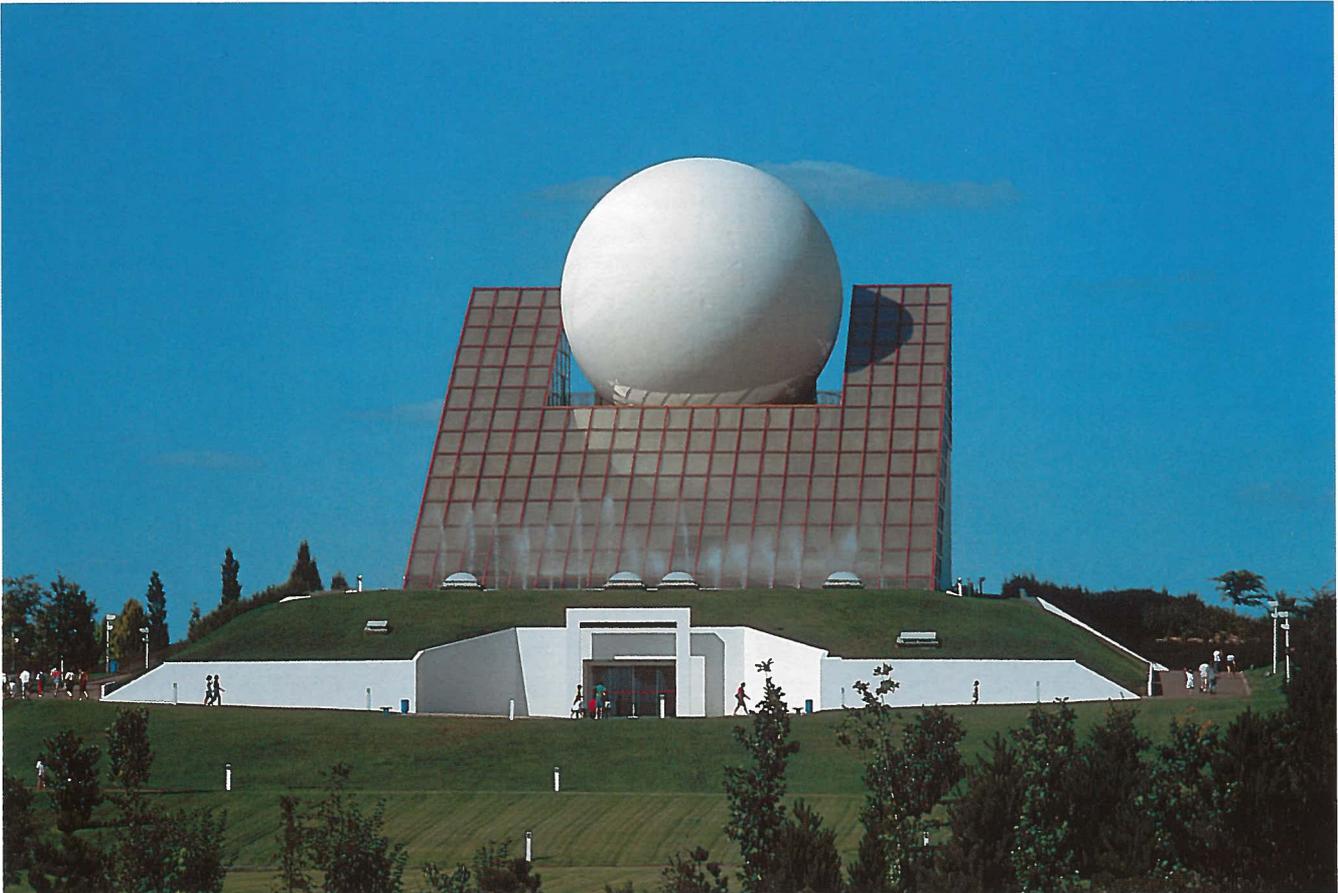
≡ – Então o diálogo quer com os parceiros sociais quer com as empresas, que tem um papel importante na promoção da formação profissional, tem funcionado?

J. A. – Tem, embora seja uma zona onde há limitações, é evidente que não podemos escamotear esse facto. O ME tem feito um esforço muito grande para que as escolas profissionais se promovam junto dos actores locais. É necessário que as EP não se fechem sobre si próprias, antes que continuem abertas e numa dinâmica permanente de colaboração com a comunidade local.

≡ – Para uma pessoa que já foi cognominada «pai da formação profissional» e que conhece, como ninguém, todo o processo, qual é para si o ponto mais vulnerável da formação profissional (FP)?

J. A. – Primeiro, quero começar por dizer que não sou pai de ninguém, a não ser dos meus três filhos e, asseguro-lhe, nenhum deles se chama formação profissional!

Quanto à vulnerabilidade da FP, devo dizer que há zonas no projecto da formação técnica e profissional que são claramente alvo de especial atenção, como sejam a questão do envolvimento das escolas e da própria aprendizagem com os contextos locais. Penso que esta é uma questão central que não está, ainda, bem resolvida.



Especial atenção merece, também, o problema da formação dos professores, que têm sérias exigências sob o ponto de vista pedagógico e didáctico. Exigências claramente diferentes duma escola de ensino regular.

Depois é toda a questão de fazer com que estes projectos venham a ser, no futuro, projectos consolidados na sua autonomia. E esta é outra grande questão central que é preciso cuidar bastante no futuro.

Mas estamos confiantes em relação ao desenvolvimento do modelo da formação profissional em Portugal.

≡ – Quais os critérios utilizados no levantamento das necessidades de formação regional e local?

J. A. – Eu acho que há aqui uma coisa nova que muita gente ainda não percebeu e que se prende com o planeamento das necessidades.

Tradicionalmente, o planeamento era feito a nível central. Seria aqui, em Lisboa, que se defi-

niriam quais as escolas, quais os cursos, quais as formações necessárias para o desenvolvimento do País.

O que nós fizemos com as escolas profissionais foi, de certo modo, uma inversão desta estratégia. Quem sabe quais são as principais necessidades de formação, a que níveis e em que perfis profissionais, são os próprios agentes e instituições locais.

Então, a iniciativa de promoção das escolas é deles. O ME não tem que promover nenhuns grandes estudos e levantamentos caríssimos, para determinar que necessidades de formação é que existem. São as próprias pessoas que, ao promoverem as escolas, estão a responder a essas necessidades.

Esta é que é uma das grandes virtualidades deste modelo.

≡ – E este modelo não é responsável por grandes assimetrias regionais em termos de oferta de formação profissional?

J. A. – Não é só a iniciativa da sociedade civil que está aqui em jogo. Ela é, de certo modo, temperada com aquilo que são a salvaguarda de interesses nacionais importantes, como sejam, uma cobertura regional de oferta.

O ME, ao aprovar as escolas que entram a concurso, salvaguarda esse princípio. Se reparar, a rede das EP é aquela que mais se ajusta, em termos de equipamentos educativos, e a que está mais próxima em relação à distribuição da população. As escolas profissionais repartem-se por todo o País e segundo um esquema muito harmónico de distribuição regional.

Por outro lado, o Estado em certas áreas de formação não aprova projectos. Por exemplo, na área da informática, ME estancou alguns projectos porque a rede que existe já é suficiente e deu, por isso, prioridade a outras áreas. É o caso da electrónica ou da electromecânica, que são áreas muito mais importantes para o desen-

” O lançamento dos Serviços de Psicologia e Orientação constitui uma prioridade para preparar ao longo do novo ano lectivo. ”

volvimento da País, neste momento, e que por serem de mais difícil promoção o Estado pode apoiar.

Digamos que o Estado desempenha aqui um papel regulador. Atento a não deixar crescer assimetrias regionais e atento para não deixar que aconteça um excesso de oferta de formação só em determinadas áreas e não noutras.

≡ – **Em recentes declarações, o Sr. Secretário de Estado mostrou-se apreensivo quanto à supressão das barreiras e acerca da certificação das formações no contexto comunitário.**

Continua com as mesmas reservas que tinha há algum tempo atrás?

J. A. - Penso que Portugal tem que, rapidamente, criar condições para que a livre circulação de trabalhadores não seja dificultada por meras questões de correspondência de qualificações.

Temos que encontrar mecanismos que permitam valorizar as qualificações profissionais, valorizar as qualificações académicas, acrescentar e cuidar de promover mecanismos de educação recorrente.

Também temos que fazer com que a mão-de-obra nacional possa encontrar melhores condições para que ela não seja completamente submersa em qualificações de mão-de-obra europeia – que por não ter emprego nos seus países possa provocar desajustes no contexto nacional.

≡ – **Que conselhos tem para dar às EP que vão iniciar os seus cursos e para aquelas que já têm alguns anos de experiência nesta área?**

J. A. – O principal desafio que as EP têm pela frente é o da qualidade.

A grande questão é serem escolas preocupadas com os seus alunos. Preocupadas com o crescimento dos jovens e a sua inserção profissional. É o que eu costumo dizer: criar escolas territorializadas e não mais uma escola, uma escola qualquer.

A preocupação deve ser a criação de escolas naquele território, com aquela população, para responder às preocupações das pessoas que estão dentro daquele espaço.

≡ – **Não teme que as escolas profissionais entrem em desenfreada competição entre si?**

J. A. – Isso é salutar. E se possível, que entrem em competição, também, com as escolas secundárias. Acho isso muito importante.

≡ – **A adopção de uma política que visa gerar receitas próprias às EP aponta para novas vertentes de actividade.**

Que novas vertentes são essas?

J. A. – A prestação de serviços à comunidade. Há escolas com óptimos equipamentos e que podem prestar apoio na comunidade em que se inserem. Podem fazer formação contínua de trabalhadores. Podem promover a formação recorrente dos activos não qualificados ou pouco qualificados.

Há ainda todo um mundo de possibilidades que estas escolas, uma vez sedimentadas, têm, quer pela utilização e rentabilização dos seus recursos humanos, quer dos seus recursos físicos.

≡ – **Vaticina, portanto, um bom futuro para as EP?**

J. A. – Eu penso que elas próprias estão a vaticinar para si um bom futuro. Com isso vão lucrur todos os portugueses, sobretudo os mais jovens. No fundo, lucraremos todos.

Penso que a qualidade de vida deste País ressentente-se claramente da falta de técnicos qualificados sob os mais diversos níveis.

Isto toda a gente há-de perceber. Talvez vá demorar uns vinte, trinta anos, mas vai-se notar.

≡ – **Ter sob tutela todas as escolas deste País dá o seu trabalho?**

J. A. – Sim, anda tudo à volta desta Secretaria, mas sinto-me à vontade. Conheço bem todo o sistema.

≡ – **Imagine que um pai lhe pedia conselho sobre o que escolher para o filho: um curso predominantemente orientado para prosseguimento de estudos ou para ingresso na vida activa? Como reagiria?**

J. A. – Penso que os pais (com a colaboração dos especialistas em orientação) devem ajudar os filhos a construir um projecto de vida escolar e profissional. É dentro desse projecto que se situa o tipo de percurso a realizar. Conforme já referi, esses percursos podem ser de diversos tipos. O problema não se coloca ao nível do medicamento mais adequado, nem do que é melhor ou pior. Todas as escolhas são eventualmente as melhores desde que sejam pessoalmente sustentadas.

O que é necessário – e essa é a nossa principal preocupação actual, uma vez que a rede de oferta de escolas e cursos está instalada – é assegurar melhores condições escolares para que todos os adolescentes, pelo menos no 3.º ciclo do ensino básico, possam orientar-se melhor na escola e no complexo mundo profissional e construir escolhas para a sua vida.

O lançamento dos Serviços de Psicologia e Orientação constitui uma prioridade para preparar ao longo do novo ano lectivo.